

Curso

Cooperação e Direito Ambiental





Curso

Cooperação e Direito Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 semanas
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 12 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtitute.com/pt/medicina/curso/cooperacao-direito-ambiental

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Direção do curso

pág. 12

04

Estrutura e conteúdo

pág. 18

05

Metodologia

pág. 24

06

Certificação

pág. 32

01

Apresentação

O principal objetivo deste Curso é aumentar a formação dos profissionais de Medicina no domínio da Cooperação e Direito Ambiental. A participação de agentes de desenvolvimento altamente qualificados permite atingir os objetivos de melhoria das condições de vida das regiões mais carenciadas. Trata-se de uma necessidade mundial que se acentuou na sequência do estado pandémico vivido pela humanidade, pelo que este Curso se apresenta como uma oportunidade para se especializar nesta área, respondendo a uma procura para a qual cada vez mais médicos estão a direcionar a sua atenção.





“

Trabalhe no campo da Cooperação Internacional e alcance melhorias notáveis nas comunidades onde atua, especialmente no campo da sustentabilidade”

O trabalho no domínio da Cooperação Internacional é uma forma de ajudar as regiões mais necessitadas. Este trabalho pode ser realizado em diferentes áreas: social, económica, educativa, etc., mas é sempre aconselhável que seja feito numa perspetiva ambiental, em que o foco é o direito ambiental, alcançando o progresso das regiões através do aproveitamento dos recursos naturais existentes.

Este Curso de Cooperação e Direito Ambiental tem como objetivo formar estes profissionais que trabalham em prol das sociedades mais desfavorecidas para aumentar o seu conhecimento das normas que regulam a relação entre as pessoas e o meio natural, favorecendo a sua manutenção.

Esta especialização combina conhecimentos básicos em Cooperação Internacional e Desenvolvimento aplicados ao campo da Medicina, ferramentas que permitem ao trabalhador do desenvolvimento procurar melhorar o desempenho das suas funções nas áreas que as pessoas e as populações exigem, orientando-os para a mudança e centrando-os na situação atual através das ferramentas e recursos próprios da cooperação.

Além disso, como se trata de uma capacitação 100% online, o médico pode conciliar o estudo deste Curso muito completo com o resto das suas tarefas quotidianas, escolhendo sempre onde e quando estudar. Uma capacitação de alto nível que conduzirá o profissional de Medicina ao mais alto patamar na sua área de atuação.

Este **Curso de Cooperação e Direito Ambiental** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ◆ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Cooperação Internacional
- ◆ Os conteúdos gráficos, esquemáticos e predominantemente práticos com que está concebido fornecem informações científicas e práticas sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ◆ Novos desenvolvimentos em Cooperação e Direito Ambiental
- ◆ Os exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser efetuado a fim de melhorar a aprendizagem
- ◆ O seu foco em metodologias inovadoras em Cooperação Internacional
- ◆ Aulas teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ◆ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Conhecer as principais ferramentas do Direito Ambiental permitir-nos-á lutar em prol da sustentabilidade. Não pense duas vezes e dê um impulso à sua profissão"



Este Curso é o melhor investimento que pode fazer ao selecionar uma capacitação de atualização em Cooperação Internacional e Direito Ambiental”

O corpo docente do curso inclui profissionais do setor que trazem a sua experiência profissional para esta capacitação, para além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, irá permitir que o profissional tenha acesso a uma aprendizagem situada e contextual, isto é, um ambiente de simulação que proporcionará uma capacitação imersiva, programada para praticar em situações reais.

A conceção desta especialização foca-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá tentar resolver as diferentes situações da atividade profissional que surgem ao longo do Curso. Para tal, contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo desenvolvido por especialistas reconhecidos.

Terá a oportunidade de aprofundar o Direito Ambiental numa perspetiva médica e aprender mais sobre o impacto das condições do meio ambiente na saúde.

Faça este Curso online na altura que mais lhe convier e concilie a sua vida pessoal e profissional com os seus estudos.



RECYCLE

02

Objetivos

A concepção deste Curso permitirá ao estudante adquirir as competências necessárias para concentrar os seus conhecimentos como médico na cooperação global e aprofundar a sua compreensão do Direito Ambiental. Para isso, conta com a experiência de profissionais que, na elaboração dos tópicos da capacitação, se empenharam em desenvolver as competências de que o médico necessita para trabalhar neste campo, com uma capacitação completa para a realização dos objetivos propostos. Assim, desenvolverá competências na área da Medicina, adaptando-se a ambientes vulneráveis.





“

Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente e influenciam a saúde a nível local e global”



Objetivos gerais

- ◆ Proporcionar aos alunos uma capacitação avançada em Cooperação Internacional, de caráter especializado e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitam adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação como profissional de Cooperação Internacional
- ◆ Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento com base nos mais recentes desenvolvimentos políticos sobre os processos de sustentabilidade envolvidos nos aspetos económicos e sociais
- ◆ Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias de adaptação e resolução dos problemas do mundo atual através da investigação científica nos processos de cooperação e desenvolvimento
- ◆ Difundir as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do Direito Internacional





Objetivos específicos

- ◆ Compreender, prestar ou ajudar em atividades humanitárias dirigidas às vítimas de conflitos armados ao abrigo do Direito Internacional Humanitário
- ◆ Qualificar os diferentes tipos de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas de tais conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e estar em condições de o aplicar
- ◆ Conhecer as limitações impostas pelo Direito Humanitário aos combatentes em matéria de condução das hostilidades, de respeito pelas zonas, locais e instalações assinalados com um sinal de proteção, bem como a exigência de um código de conduta em relação aos feridos, ao pessoal médico e religioso e às organizações humanitárias
- ◆ Identificar situações e pessoas particularmente vulneráveis em conflitos armados, conhecendo a proteção que lhes é conferida pelo Direito Internacional Humanitário
- ◆ Responder a crises e emergências humanitárias, avaliando a urgência da situação e planeando e desenvolvendo ações para as enfrentar
- ◆ Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais se realizam as ações de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e decidir sobre novas formas de atuação
- ◆ Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente
- ◆ Reconhecer os diferentes tipos de poluição e a forma como afetam o meio ambiente
- ◆ Analisar os regulamentos e a legislação em vigor na matéria
- ◆ Integrar de forma transversal as noções de sustentabilidade e de sustentabilidade ambiental e ecológica nos projetos e ações de cooperação
- ◆ Compreender a relação entre as migrações e o desenvolvimento dos países de origem e de destino



Conheça a relação entre as migrações e o desenvolvimento dos países de origem e de destino para compreender a circulação de infeções e vírus"

03

Direção do curso

O corpo docente do Curso inclui especialistas líderes em Direito Ambiental e cooperação global, que trazem a sua experiência profissional para este plano de estudos. Além disso, outros especialistas de reconhecido prestígio participam na sua elaboração, completando a qualificação de forma interdisciplinar. Desta forma, o estudante dispõe das melhores ferramentas para o desenvolvimento das suas competências durante o Curso, especializando-se num setor que exige profissionais com vocação.





“

Os melhores professores em Cooperação e Direito Ambiental estão na melhor Universidade. Junte-se à TECH e comprove-o"

Diretor Internacional Convidado

Piotr Sasin é um especialista internacional com experiência em gestão de organizações sem fins lucrativos, especializado em assistência humanitária, resiliência e cooperação internacional para o desenvolvimento das pessoas. De facto, trabalhou em ambientes complexos e desafiantes, ajudando comunidades afetadas por conflitos, deslocações e crises humanitárias. Além disso, o seu foco em inovações sociais e planeamento participativo permitiu-lhe implementar soluções de longo prazo em áreas vulneráveis, melhorando significativamente as condições de vida.

Desempenhou também funções importantes como Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, onde liderou iniciativas humanitárias de apoio a pessoas deslocadas em várias regiões. Trabalhou também como Diretor Nacional na People in Need, onde foi responsável pela coordenação de programas de desenvolvimento comunitário e de resposta rápida a emergências. Por sua vez, o seu papel como Representante do País na Fundação Terre des Hommes permitiu-lhe gerir projetos centrados na proteção das crianças.

Consequentemente, a nível internacional, tem sido reconhecido pela sua capacidade de gerir projetos de grande escala no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento, colaborando com governos, ONG e agências multilaterais em várias regiões. A sua liderança também tem sido fundamental para promover a resiliência das comunidades afetadas por catástrofes, fomentando a capacitação local através do planeamento urbano e do desenvolvimento sustentável. Desta forma, tem sido elogiado pelo seu enfoque na mitigação de conflitos e pela sua capacidade de construir parcerias estratégicas.

Por fim, Piotr Sasin tem uma sólida formação académica, com um Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional, bem como uma Licenciatura em Etnologia e Cultura Antropológica, ambos da Universidade de Varsóvia, na Polónia. Como tal, a sua investigação tem-se centrado na cooperação internacional e no planeamento sustentável em contextos de crise humanitária.



Sr. Sasin, Piotr

- Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, Varsóvia, Polónia
- Diretor nacional da People in Need
- Representante no país na Fundação Terre des Hommes
- Gestor de programas na Habitat for Humanity Polónia
- Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Varsóvia
- Licenciado em Etnologia e Cultura Antropológica pela Universidade de Varsóvia

“

Graças à TECH, poderá aprender com os melhores profissionais do mundo”

Diretora Convidada



Dra. Carmen Rodríguez Arteaga

- ◆ Diretora do Gabinete de Estudos da Direção, INEM
- ◆ Licenciatura em Filosofia e Ciências da Educação, UCM
- ◆ Especialista em Avaliação Educativa, OEI
- ◆ Especialista em Indicadores e Estatísticas da Educação, UNED
- ◆ Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Universidade de Barcelona
- ◆ Especialista em Gestão de Conhecimento

Direção



Dra. María del Pilar Romero Mateos

- ◆ Educadora social
- ◆ Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ◆ Professor da formação para o emprego
- ◆ Representante para a Igualdade de Género
- ◆ Autora e colaboradora em projetos educativos, Abile Educativa

Professores

Dra. Araceli Sánchez Garrido

- ◆ Chefe Adjunta da Cooperação Cultural do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural, Direção das Relações Culturais e Científicas
- ◆ Licenciatura em Geografia e História, com especialização em Antropologia e Etnologia da América, Universidade Complutense de Madrid
- ◆ Responsável pela implementação do Guia de Transversalização da Diversidade Cultural da AECID, bem como a sua aplicação em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento realizados pela Agência
- ◆ Membro do Corpo Docente de Conservadores de Museus afetos ao Museo de América em Madrid
- ◆ Professora do Mestrado em Gestão Cultural, Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Carlos Cano Corcuera

- ◆ Licenciatura em Biologia com especialização em Zoologia e licenciatura em Ecologia Animal
- ◆ Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- ◆ Cursos de Especialização em Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com Perspetiva de Género; Gestão orientada para os Resultados do Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação; Cooperação Delegada da União Europeia, etc.
- ◆ Trabalho em diferentes áreas da cooperação internacional, principalmente na América Latina

Dra. Cristina Córdoba

- ◆ Enfermeira
- ◆ Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- ◆ Cofundador e participante no projeto PalSpain
- ◆ Fundador da Associação Juvenil APUMAK, em Madrid, Espanha

Dra. Mercedes Flórez Gómez

- ◆ Licenciatura em Geografia e História, Universidade Complutense de Madrid
- ◆ Mestrado em Responsabilidade Social das Empresas, Universidade Pontifícia de Salamanca
- ◆ Mestrado em Informação e Documentação, Universidade Antonio de Nebrija, em Espanha, e University College of Walls, no Reino Unido
- ◆ Certificado Avançado em Cooperação Sur, Sur-FLACSO
- ◆ Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação, IUDC-Universidade Complutense de Madrid
- ◆ Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- ◆ Licenciatura em Ação Humanitária, Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (IECAH)

Dra. Marisa Ramos Rollon

- ◆ Assessora em Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação, Universidade Complutense de Madrid
- ◆ Investigadora que se dedica às áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e às questões da governação democrática e das políticas de desenvolvimento
- ◆ Diretora do Curso da Escola Complutense de Verão de Políticas Públicas e Agenda 2030
- ◆ Docente do Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política e do Mestrado em Liderança Política, ambos na UCM, e do Mestrado em Relações América Latina-UE, Universidade de Alcalá de Henares

04

Estrutura e conteúdo

O plano de estudos deste Curso foi concebido com base nos conhecimentos e necessidades do Direito Ambiental e da Cooperação em Medicina. Assim, foi criado um plano de estudos cujos módulos oferecem uma abordagem ampla da profissão, de um ponto de vista global da sua aplicação a nível internacional, incorporando todos os agentes envolvidos no desenvolvimento das suas funções. Um desafio que vai elevar as competências do aluno nesta matéria, transformando-o num profissional dedicado à sua vocação.





“

Ao aprofundar a mobilidade humana como um desafio para a governação global do desenvolvimento, compreenderá as questões que afetam o impacto ambiental”

Módulo 1. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 1.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 1.1.1. Introdução
 - 1.1.2. Conceito e definição de Direitos Humanos
 - 1.1.3. Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 1.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
 - 1.1.3.2. Autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 1.1.3.3. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 1.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 1.1.4. Bibliografia
- 1.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 1.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 1.2.2. Ramos do DIH
 - 1.2.3. Convenção de Genebra e regras fundamentais subjacentes às Convenções de Genebra
 - 1.2.4. Âmbito do Direito Internacional Humanitário
 - 1.2.4.1. Proibições e restrições gerais relativas a determinados métodos e meios de guerra
 - 1.2.4.2. Proibições e restrições específicas
 - 1.2.5. Quando se aplica o DIH?
 - 1.2.6. Quem protege o DIH e como?
 - 1.2.7. Bibliografia
- 1.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 1.3.1. A ONU. Organização das Nações Unidas
 - 1.3.1.1. O que é?
 - 1.3.1.2. História da ONU
 - 1.3.1.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 1.3.2. Como a ONU promove e protege os Direitos Humanos?
 - 1.3.2.1. Alto Comissário para os Direitos Humanos
 - 1.3.2.2. Conselho dos Direitos Humanos
 - 1.3.2.3. UNDG-HRM
 - 1.3.2.4. Conselheiros Especiais para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger
 - 1.3.3. Conclusões
 - 1.3.4. Bibliografia
- 1.4. Instrumentos da ONU para a proteção dos Direitos Humanos
 - 1.4.1. Introdução
 - 1.4.2. Instrumentos legais que apoiam a ONU na proteção dos Direitos Humanos
 - 1.4.2.1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 1.4.2.2. Democracia
 - 1.4.2.3. Outros organismos da ONU responsáveis pela proteção dos Direitos Humanos
 - 1.4.3. Vários organismos que tratam de questões diferentes
 - 1.4.4. Secretário Geral
 - 1.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 1.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW)
 - 1.4.7. Bibliografia
- 1.5. Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 1.5.1. Introdução
 - 1.5.2. O que é o Direito Internacional dos Direitos Humanos?
 - 1.5.2.1. Características do Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 1.5.3. Principais diferenças entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos
 - 1.5.4. Crimes contra a humanidade
 - 1.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história
 - 1.5.5. Bibliografia
- 1.6. Organizações não governamentais e defensores dos Direitos Humanos
 - 1.6.1. Introdução
 - 1.6.1.1. O que é uma ONGD?
 - 1.6.2. As ONGs e os Direitos Humanos
 - 1.6.3. Categorias de ONGs de Direitos Humanos
 - 1.6.4. Principais características das ONGs de Direitos Humanos
 - 1.6.5. Bibliografia
- 1.7. Violações de Direitos Humanos no mundo
 - 1.7.1. Introdução

- 1.7.2. Casos de violações dos Direitos Humanos por artigos
 - 1.7.2.1. Artigo 3: Direito de viver em liberdade
 - 1.7.2.2. Artigo 4: Não há escravatura
 - 1.7.2.3. Artigo 5: Não há tortura
 - 1.7.2.4. Artigo 13: Liberdade de circulação
 - 1.7.2.5. Artigo 18: Liberdade de pensamento
 - 1.7.2.6. Artigo 19: Liberdade de expressão
 - 1.7.2.7. Artigo 21: Direito à Democracia
- 1.7.3. Bibliografia
- 1.8. Direitos Humanos Ambientais
 - 1.8.1. A proteção do meio ambiente como um direito humano
 - 1.8.2. O meio ambiente tem direitos?
 - 1.8.3. Evolução dos Direitos Humanos face a casos sem direitos
 - 1.8.4. Direitos da natureza. Evolução
 - 1.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial
 - 1.8.5. Direito ambiental
 - 1.8.5.1. PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
 - 1.8.6. Bibliografia
- 1.9. ONG de Direitos Humanos
 - 1.9.1. Introdução
 - 1.9.2. Lista de ONGs que trabalham em prol dos Direitos Humanos
 - 1.9.2.1. quilo de ajuda
 - 1.9.2.2. Soleil d'Afrique
 - 1.9.2.3. Aasara
 - 1.9.2.4. Ação Andina
 - 1.9.2.5. Ação Global Solidária
 - 1.9.2.6. Ação Verapaz
 - 1.9.2.7. ADANE. Amigos para o Desenvolvimento na África Negra
 - 1.9.3. Bibliografia

Módulo 2. Direitos Ambiental

- 2.1. O Direito Ambiental
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. O que é?
 - 2.1.3. Em que consiste o Direito Ambiental?
 - 2.1.4. Características do Direito Ambiental
 - 2.1.5. Natureza jurídica
 - 2.1.6. Antecedentes
 - 2.1.7. História
 - 2.1.8. Objetivo do Direito Ambiental
 - 2.1.8.1. Fontes
 - 2.1.9. Princípios
 - 2.1.10. Fins
- 2.2. Direitos Ambiental
 - 2.2.1. O que entendemos por ambiente?
 - 2.2.2. Quais são os nossos direitos ambientais?
 - 2.2.2.1. O que são?
 - 2.2.3. Direito a usufruir de um ambiente saudável
 - 2.2.4. Direito de acesso à informação
 - 2.2.5. Direito de participação na gestão ambiental
 - 2.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 2.2.7. Princípios gerais do Direito Ambiental
 - 2.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 2.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 2.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 2.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 2.2.10. Conclusão
- 2.3. Deveres em matéria de Direito Ambiental
 - 2.3.1. Introdução
 - 2.3.2. O que são deveres ambientais?
 - 2.3.2.1. Definição e conceito
 - 2.3.3. Quais são os direitos ambientais?

- 2.3.4. Dever de preservação do ambiente
- 2.3.5. Dever de respeitar as normas ambientais
- 2.3.6. Dever de fazer vigilância cívica
- 2.3.7. Dever de informar
- 2.3.8. Dever de indemnização por danos ambientais
- 2.3.9. Conclusões
- 2.4. Participação dos cidadãos na proteção do ambiente
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Monitorização ambiental participativa
 - 2.4.2.1. Introdução
 - 2.4.2.2. Conceito de monitorização
 - 2.4.2.3. O que é a monitorização ambiental participativa?
 - 2.4.2.4. Para que serve?
 - 2.4.2.5. Quem pode participar?
 - 2.4.2.6. Plano de monitorização ambiental participativa
 - 2.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 2.4.2.8. Etapas da monitorização ambiental participativa
 - 2.4.2.9. Fases
- 2.5. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. PNUMA
 - 2.5.1. Introdução
 - 2.5.2. Definição e conceito
 - 2.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 2.5.3.1. Objetivo geral
 - 2.5.4. História e evolução
 - 2.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUMA?
 - 2.5.5. Missão do PNUMA
 - 2.5.6. Atividades
 - 2.5.7. Localização do PNUA
 - 2.5.7.1. A nível nacional e internacional
 - 2.5.8. Quarto Programa de Montevidéu para o Desenvolvimento e Revisão Periódica do Direito Ambiental
 - 2.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 2.5.9. Conclusão





- 2.6. Alterações ambientais globais e alterações climáticas
 - 2.6.1. Introdução
 - 2.6.2. Ambiente global
 - 2.6.2.1. Conceito
 - 2.6.3. Alterações climáticas
 - 2.6.3.1. Conceito
 - 2.6.4. Evolução da teoria das alterações climáticas
 - 2.6.5. Alterações ambientais globais
 - 2.6.5.1. Passado e presente
 - 2.6.6. Características das alterações ambientais globais
 - 2.6.6.1. Alterações do nível do mar
 - 2.6.7. Consequências das alterações ambientais globais
 - 2.6.8. Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
 - 2.6.9. Alterações climáticas e impacto na agricultura
 - 2.6.10. Estratégias e dilemas de sobrevivência
 - 2.6.10.1. Migração
- 2.7. Direitos do ambiente no mundo
 - 2.7.1. Introdução
 - 2.7.2. Países que lutam pelos direitos do ambiente
 - 2.7.3. Equador
 - 2.7.4. Espanha
 - 2.7.5. México
 - 2.7.6. Peru
 - 2.7.7. Desenvolvimento Sustentável
 - 2.7.7.1. Conceito
 - 2.7.8. História e evolução
 - 2.7.9. Óticas do Desenvolvimento Sustentável (DS)
 - 2.7.10. Lei geral sobre o Desenvolvimento Florestal Sustentável
 - 2.7.10.1. Descrição
 - 2.7.10.2. Objetivo

05

Metodologia

Este programa de capacitação oferece uma forma diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e tem sido considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações, tais como a ***New England Journal of Medicine***.



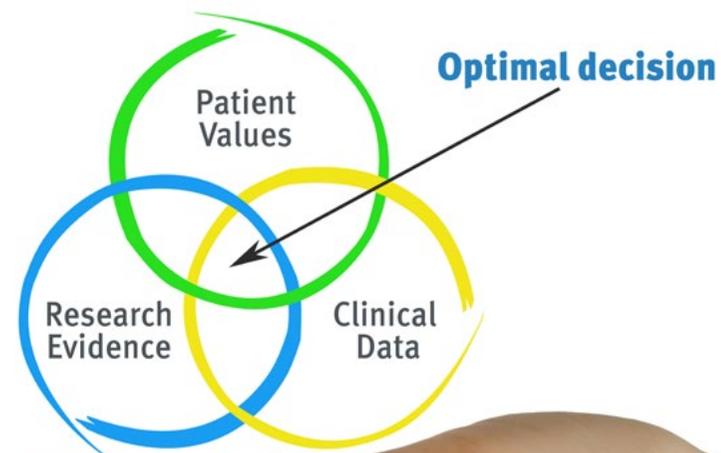
“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para o levar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Na TECH utilizamos o Método de Caso

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos clínicos simulados com base em pacientes reais nos quais terão de investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver a situação. Há abundantes provas científicas sobre a eficácia do método. Os especialistas aprendem melhor, mais depressa e de forma mais sustentável ao longo do tempo.

Com a TECH pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo.



Segundo o Dr. Gérvas, o caso clínico é a apresentação anotada de um paciente, ou grupo de pacientes, que se torna um "caso", um exemplo ou modelo que ilustra alguma componente clínica peculiar, quer pelo seu poder de ensino, quer pela sua singularidade ou raridade. É essencial que o caso seja fundamentado na vida profissional actual, tentando recriar as condições reais da prática profissional do médico.

“

Sabia que este método foi desenvolvido em 1912 em Harvard para estudantes de direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard”

A eficácia do método é justificada por quatro realizações fundamentais:

- 1 Os estudantes que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, mas também desenvolvem a sua capacidade mental através de exercícios para avaliar situações reais e aplicar os seus conhecimentos.
- 2 A aprendizagem é solidamente traduzida em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
- 3 A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir de um ensino real.
- 4 O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os estudantes, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento do tempo passado a trabalhar no curso.



Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.



O profissional aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.

Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis globais de satisfação dos profissionais que concluem os seus estudos, no que diz respeito aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

Utilizando esta metodologia, mais de 250.000 médicos foram formados com sucesso sem precedentes em todas as especialidades clínicas, independentemente da carga cirúrgica. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8,01, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.



Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas cirúrgicas e procedimentos em vídeo

A TECH traz as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, para a vanguarda da atualidade em enfermagem. Tudo isto, na primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a assimilação e compreensão do estudante.

E o melhor de tudo, pode observá-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

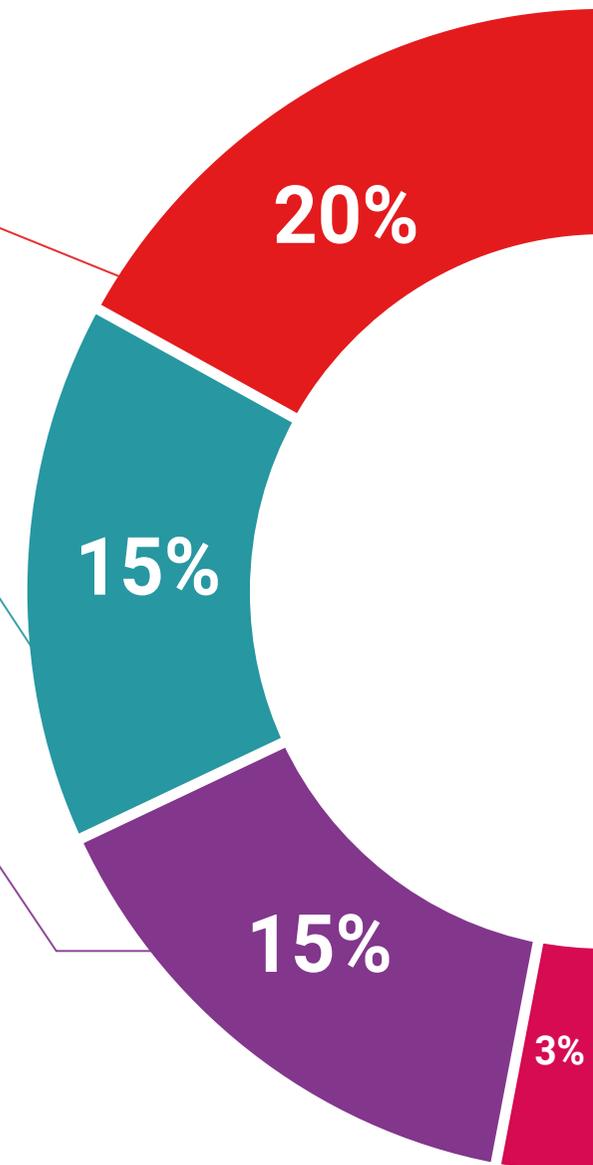
A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais a fim de reforçar o conhecimento.

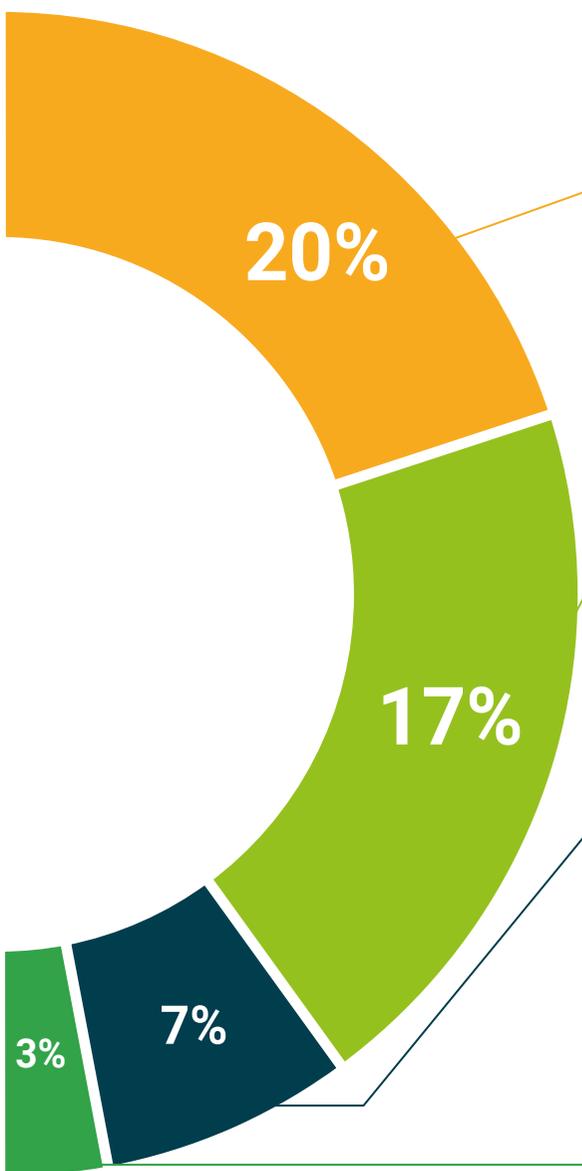
Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu".



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação.





Análises de casos desenvolvidas e conduzidas por especialistas

A aprendizagem eficaz deve necessariamente ser contextual. Por esta razão, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o perito guiará o estudante através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



Masterclasses

Há provas científicas sobre a utilidade da observação de peritos terceiros: Learning from an Expert fortalece o conhecimento e a recordação, e constrói confiança em futuras decisões difíceis.



Guias rápidos de atuação

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de folhas de trabalho ou guias de ação rápida. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar os estudantes a progredir na sua aprendizagem.



06

Certificação

O Curso de Cooperação e Direito Ambiental garante, para além do conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um certificado de Curso emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Curso de Cooperação e Direito Ambiental** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio, com aviso de recepção, o certificado* correspondente ao título de **Curso** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

Este certificado contribui significativamente para o desenvolvimento da capacitação continuada dos profissionais e proporciona um importante valor para a sua capacitação universitária, sendo 100% válido e atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: **Curso de Cooperação e Direito Ambiental**

ECTS: **12**

Carga horária: **300 horas**



*Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo com um custo adicional.

futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compromisso
atenção personalizada
conhecimento inovação
presente qualificação
desenvolvimento simulação

tech universidade
tecnológica

Curso

Cooperação e Direito
Ambiental

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 semanas
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 12 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Curso

Cooperação e Direito Ambiental